



VIOLÊNCIA ESCOLAR: REFLEXÕES PEDAGÓGICAS

Maria Cristina Cerqueira*
Solange Maria de Souza**

Resumo – O presente ensaio propõe reflexões sobre a violência escolar e estratégias para evitá-la. A partir da experiência das profissionais em ambientes escolares, são apresentados pensamentos de alguns autores, além de ideias advindas da prática e observação profissional sobre a temática tratada. São expostas algumas estratégias pensadas com o objetivo de contribuir com a prevenção da violência nas escolas, entre elas a formação de equipes interdisciplinares. Acreditamos que o estabelecimento de uma cultura de paz poderá se concretizar por meio de pequenas ações no cotidiano, onde o diálogo acompanhado da esperança seja uma presença constante nas relações interpessoais.

Palavras-chave: Violência escolar. Cultura de paz. Interdisciplinaridade. Diálogo. Esperança.

INTRODUÇÃO

A violência escolar insere-se num problema maior, qual seja, os altos índices de violência na sociedade contemporânea. A violência está presente nas atitudes, nas relações interpessoais que se estabelecem dentro da escola e se manifesta de diversos modos, permeando todos os envolvidos no processo educacional. Da escola local de aprendizagem e "ensinagem", a quem cabe uma parcela considerável da formação intelectual e ética dos seus alunos, espera-se relações humanas permeadas pelo respeito à pessoa humana, seja professor, administrativo, alunos ou pais.

No entanto, constatamos ações repletas de autoritarismo e coação que perpassam todos os segmentos da comunidade escolar, em níveis diferentes, dentro de uma escala hierárquica. Os conflitos existentes no espaço escolar e ignorados e/ou tratados de forma equivocada desembocam com mais vigor nos alunos, elo mais frágil da hierarquia.

* Doutoranda em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). *E-mail:* crisrizzetto1@hotmail.com

** Mestranda em Educação pela Universidade Cidade de São Paulo (Unicid).

As práticas cotidianas das instituições de ensino algumas vezes não são baseadas em reflexões; alguns conteúdos que aparecem subliminares a elas não são percebidos. Exemplo disso é o uso da expressão "Desacato à Autoridade" que, por vezes, vem sendo utilizada em repartições públicas de forma a coibir problemas como discussões e irritação decorrentes da falta de comunicação eficiente nos atendimentos realizados. No caso das escolas e com o aumento da violência escolar, esse artigo do código penal passa a ser usado em alguns locais como uma fonte de "proteção" ou um "escudo" nas diversas relações interpessoais que ocorrem entre funcionários, professores, alunos, pais e prestadores de serviço. O uso do artigo 331 do Código Penal deveria ser reservado para casos específicos e tipificados, conforme previsto em legislação, e não como uma forma de "ameaça velada" em ambientes educacionais, pois nesses acreditamos ser o diálogo a melhor forma de resolução dos problemas.

Entendemos que essa dificuldade de comunicação em todos os níveis, a falta de tempo da família no atendimento das necessidades dos filhos, a violência que impera na sociedade em geral vêm contribuindo para a violência escolar. Assim, problemas considerados externos à escola passam a ocorrer dentro dos seus muros em menor escala e, por vezes, decorrem de deficiências na formação de parte dos profissionais que atuam nas escolas.

Outra fonte de estímulo à violência nas escolas é a dificuldade de se trabalhar com o diferente. O respeito à diversidade precisa ser desenvolvido dentro dos ambientes escolares a partir da inserção do tema nos conteúdos, nas rodas de conversa, nas reuniões de planejamento dos professores e administrativos. Parte dos conflitos surge da discriminação em relação a etnias, orientação sexual, religiosidade, entre outros motivos que explicitam a dificuldade de conviver com o diferente.

Mais um fator que contribui para a violência é o estresse das grandes cidades que tem chegado às escolas trazendo com ele muitos problemas na vida dos professores, alunos, pais, funcionários e gestores. É perceptível o aumento dos casos de intolerância na convivência entre as pessoas na sociedade em geral e também nas escolas. O cansaço nas rotinas dos trabalhadores de atendimento ao público pode, muitas vezes, levá-los a não perceber quando estão frente a um atendimento de uma pessoa que pode estar alcoolizada, sob a influência de drogas e que não permite um diálogo lógico e tranquilo, ou seja, a não percepção do outro pode gerar problemas que seriam evitados com a flexibilização da rotina de trabalho dos atendentes. Assim, o preparo dos funcionários administrativos para o atendimento ao público com foco na identificação de possíveis situações conflitantes e em como evitá-las pode ajudar no bom atendimento ao público e sem gerar fatores de estresse para esses profissionais.

Diante deste cenário, políticas públicas têm sido criadas pelo Ministério da Educação, como a que consta do Parecer nº 8 do Conselho Nacional de Educação (CNE) (BRASIL, 2012, p. 11), o qual dispõe sobre as diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos. Esta iniciativa tem como meta implantar e/ou implementar nas escolas brasileiras uma cultura de

paz, capaz de solucionar os conflitos, uma educação que se coloque contra qualquer violação dos direitos humanos. Deste parecer, destacamos:

[...] a ideia de um ambiente educacional promotor dos Direitos Humanos liga-se ao reconhecimento da necessidade de respeito às diferenças, garantindo a realização de práticas democráticas e inclusivas, livres de preconceitos, discriminações, violências, assédios e abusos sexuais, dentre outras formas de violação à dignidade humana. Sob o ponto de vista da gestão, isso significa que todos os espaços e relações que têm lugar no ambiente educacional devem se guiar pelos princípios da EDH e se desenvolverem por meio de processos democráticos, participativos e transparentes (BRASIL, 2012, p. 11).

Sendo recente tal parecer, será necessário tempo para avaliarmos quais os avanços que poderão ser percebidos nos ambientes escolares a partir dos princípios propostos pela Educação em Direitos Humanos (EDH). Nossa vivência na área da educação demonstra que toda política governamental, para obter resultados positivos, necessita da aceitação e envolvimento por parte dos professores e dos outros profissionais que compõem a equipe escolar.

Percebemos um esforço do governo federal em melhorar a qualidade de vida dos estudantes, o que talvez possa contribuir para a diminuição da violência. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), disposto no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, não é diretamente ligado ao tema violência, mas sua ação de apoio às necessidades dos alunos como forma de enfrentamento da evasão escolar pode, ao suprir parte das necessidades dos alunos, contribuir para um ambiente de convívio escolar mais equilibrado. As ações de assistência propostas procuram abranger aspectos como moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, auxílio-creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Acreditamos que os alunos que tenham todas as suas necessidades básicas garantidas possam viver com mais tranquilidade, paz e harmonia com todos que os cercam. O acesso à cultura e ao lazer é fundamental para que os jovens tenham como expressar o que sentem de forma construtiva e pacífica.

AÇÕES POSSÍVEIS EM AMBIENTES ESCOLARES PARA DIMINUIÇÃO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR

Acreditamos no diálogo como principal caminho para resolução dos problemas conforme nos ensinou Freire (2005) quando alerta que não é no silêncio que o homem se constrói, mas por meio das palavras. O autor ainda destaca que o amor é aquele que abre o caminho para o diálogo. Sem o amor aos homens e à vida, o diálogo não pode acontecer. Para Freire (2005),

enquanto o homem não tiver a percepção de que não é perfeito, mas sim um ser falho como outro qualquer, não se abrirá o caminho para o diálogo, pois se penso ser mais que o outro, que tenho mais qualidades e que os outros são, portanto, menores em valor, não existiria a abertura para ouvir e, sem ouvir, o diálogo se torna inviável. Freire (2005, p. 92) nos coloca que "sendo fundamento do diálogo, o amor é, também, diálogo. Daí que seja essencialmente tarefa de sujeitos e que não possa verificar-se na relação de dominação".

Quando pensamos em docentes e na sua atuação na prevenção da violência na escola, entendemos que uma das formas de capacitá-los como mediadores para casos de violência seria trabalhar com uma postura de mediadores em conflitos nas salas de aula. Muito se fala na necessidade de inclusão de inúmeros assuntos nos cursos de formação de docentes. Sabemos que o tempo e a carga horária para as licenciaturas não daria conta das necessidades enumeradas pelos que pensam nas políticas de formação docente. Para que os professores possam ter acesso a esse grande rol de assuntos que lhes dizem respeito na tarefa de ensinar é preciso que seja estimulada uma formação continuada. Porém, a formação de professores para o diálogo e como prevenção à violência nas escolas não poderia ser realizada apenas com conteúdos discursados aos docentes sem respeito a sua experiência, as suas práticas e as questões psicológicas e culturais vivenciadas em seus contextos, pois, conforme conclusões do estudo de Bernadete Gatti (2003, p. 14), sobre formação continuada de professores

Tudo isso reforça a ideia de que, para que mudanças em concepções e práticas educacionais de professores ocorram, é necessário que os programas que visam a inovações educacionais, aperfeiçoamentos, atualizações tenham um entrelaçamento concreto com a ambiência psicossocial em que esses profissionais trabalham e vivem.

Pensar numa escola para o diálogo sem que a gestão seja democrática nos parece uma tarefa difícil. A existência de conselhos com participação de pais, alunos, professores, administrativos e membros da comunidade local é a mola propulsora para que os desejos da comunidade se realizem. E qual a comunidade que hoje não quer a paz? A busca por ela tem sido incessante por grande parte dos que vivem e convivem em locais esquecidos ou não pelos poderes públicos. As escolas e a sua gestão são importantes nas comunidades em que estão inseridas, propagam seu trabalho e, por meio dele, suas crenças e aspirações.

Neste contexto social em que vivemos, nota-se a precariedade dos relacionamentos humanos, o que torna cada vez mais complexo o processo educacional. Tendo em vista que se pretende formar cidadãos competentes que possam contribuir para a transformação desta sociedade, é urgente repensar os processos pedagógicos de modo que haja lugar para a participação de toda a comunidade escolar e que constantemente reflitam em conjunto suas ações.

Para que isto ocorra, é fundamental que os gestores elejam o diálogo como princípio para tomar suas decisões. Cabe aos gestores incentivar a participação de todos, incluindo os alunos, visando a uma maior harmonia entre todos. Uma gestão voltada para o diálogo proporcionará a comunidade escolar que participe das discussões em igualdade de condições; é preciso que todos possam falar e ser ouvidos, sem receio de críticas constrangedoras. O diálogo como forma de comunicação especificamente humana precisa ser valorizado e praticado em todos os espaços, em particular nas escolas onde os jovens utilizam as experiências vividas no ambiente escolar como treino para a vida adulta, sendo a oportunidade de dialogar com seus pares e com profissionais da escola uma rica oportunidade de aprendizagem.

Regras construídas com o grupo de estudantes e oportunidades de ampla defesa nos problemas disciplinares também podem colaborar com uma cultura da paz. Percebemos em experiências anteriores que os jovens têm condições de estabelecer regras de convivência na escola e até por vezes são mais rigorosos que os adultos, e para eles o combinado tem quase poder de lei.

A família e a escola são esferas em que a criança ou jovem recebe formação e educação e, para tanto, precisam fazer um trabalho em parceria, e cada instância possui suas responsabilidades, mas, no cotidiano, se cruzam na formação do cidadão. A ação da família junto à escola para complementar as ações antiviolença é fundamental. Quando os pais acompanham seus filhos e os estimulam a resolver seus problemas com base no diálogo, estão apoiando uma sociedade dialógica e, assim, desempenham uma das suas responsabilidades que é a transmissão de valores. A família possui em geral uma grande influência na vida da criança e do adolescente, e os pais, quando atentos a isso, podem, com seu exemplo e orientações, auxiliá-los na procura de uma vida em harmonia com as demais pessoas de seu convívio social.

A importância dos familiares para a adequação dos filhos em sociedade, a qual podemos estender ao ambiente escolar, é colocada por Dessen e Polônia (2007, p. 24) da seguinte forma:

Os laços afetivos formados dentro da família, particularmente entre pais e filhos, podem ser aspectos desencadeadores de um desenvolvimento saudável e de padrões de interação positivos que possibilitam o ajustamento do indivíduo aos diferentes ambientes de que participa.

Conforme Edson Inforsato et al. (2011, p. 491), a situação das famílias nos ambientes escolares é complicada, pois é parte importante do processo educativo, porém "as famílias são referidas pelas escolas, constam do trabalho a ser efetuado, mas jamais são colocadas na condição de cogestoras, conforme a legislação permite e orienta". Assim, a família pode adentrar o recinto escolar, mas nem sempre contribuir realmente na gestão da escola de seus filhos.

Podemos perceber que a violência nas escolas é um problema complexo que tem origem na sociedade e desemboca nos espaços escolares. Como todo problema complexo solicita, propomos um trabalho com integração de diversas áreas para seu enfrentamento. Seria muito interessante se as escolas fortalecessem o trabalho contra a violência a partir da proposta de formação de equipes interdisciplinares, onde os funcionários como pedagogos, psicólogos, assistentes sociais e demais interessados possam realizar ações de prevenção junto à comunidade escolar. O trabalho interdisciplinar possibilita olhar o mesmo problema sob vários ângulos, permite discussões para compartilhar as diferentes experiências vividas por estes profissionais, o que certamente enriquece as discussões surgindo propostas e ações para lidar com a violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando, as principais propostas no "bom combate" à violência escolar, como diria Freire, seriam: diálogo como principal caminho para resolução dos problemas, formação de mediadores para casos de violência, formação de professores para ação como mediadores em conflitos, gestão voltada para o diálogo, regras construídas com o grupo de estudantes, oportunidades de ampla defesa nos problemas disciplinares, ação da família junto à escola para complementar as ações antiviolência, preparo dos funcionários administrativos para o atendimento ao público com foco na identificação de possíveis situações conflitantes e como evitá-las, além da proposta de trabalho com equipes interdisciplinares sempre que possível.

Como pedagogas atuando há mais de 25 anos na profissão e dentro dos ambientes escolares, a proposta do ensaio foi a de, a partir de nossas reflexões e de outros autores, redigir um texto que possa ser lido e debatido com outros colegas que também estão em busca de uma escola com mais qualidade em seus aspectos sociais, onde a cultura da paz e o bem-estar na comunidade escolar sejam inseridos e vividos por todos no cotidiano escolar.

Que o acesso à cultura seja mais estimulado dentro das instituições escolares e a arte nas suas mais variadas formas possa ser fonte de aprendizado, de prazer de convivência com o outro, de manifestação dos anseios calados e, assim, um caminho para a não violência. É possível que a partir de contato maior com a cultura e suas diversas formas de manifestação dentro dos espaços de aprendizado possamos ter um caminho que permita conhecer os outros em suas diferenças e, a partir delas, estabelecer relações mais dialógicas rumo a uma escola mais aberta e democrática.

A esperança é o que nos guia, é o que nos dá forças para lutar contra a violência na escola, quer seja ela física, intelectual, moral ou psicológica. Fazemos coro com Freire (2007, p. 72) quando afirma:

A esperança de que o professor e alunos juntos podemos aprender, ensinar, inquietar-nos, produzir e juntos igualmente resistir aos obstáculos a nossa alegria. Na verdade, do ponto de vista da natureza humana, a esperança não é algo que a ela se justaponha. A esperança faz parte da natureza humana.

Pois a esperança e o amor ao ser humano, em especial aos seres em crescimento com os quais trabalhamos, são o que nos impulsionam em nosso fazer diário. Que a pena prevista para crime de "Desacato à Autoridade" não seja decretada nas escolas, e sim seja implementada uma "lei obrigatória" – a do diálogo, e que ela possa imperar.

School violence: pedagogical reflections

Abstract – This paper proposes reflections on school violence and strategies to avoid it. The thoughts of some authors are presented based on the experience of professionals in the school environment, and ideas coming from the practice and professional observation on the theme. Also, it's presented some strategies designed with the objective of contributing to the prevention of violence in schools, including the formation of interdisciplinary teams in schools. We believe that the establishment of a culture of peace can be realized through small actions in everyday life, where dialogue accompanied of hope is a constant presence in interpersonal relationships.

Keywords: School violence. Culture of peace. Interdisciplinary teams. Dialogue. Hope.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 11 jul. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB 8/2012. Brasília: Diário Oficial da União, DF, 30 maio 2012. Seção 1. p. 33. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17631&Itemid=866>. Acesso em: 10 jul. 2013.

DESSEN, M. A.; POLÔNIA, A. da C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. *Paideia*, v. 17, n. 36, p. 21-23, maio 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

GATTI, B. A Formação continuada de professores: a questão psicossocial. *Cadernos de Pesquisa*, n. 119, p. 191-204, jul. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a10.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

INFORSATO, E. do C. et al. A gestão democrática da educação: expectativas da escola sobre a participação da família. *RBPAE*, v. 27, n. 3, p. 361-588, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/26415/15407>>. Acesso em: 10 jul. 2013.